

Gestão Territorial e Ambiental das TIs

Luís Donisete Benzi Grupioni

Antropólogo, coordenador-executivo do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) e secretário-executivo da Rede de Cooperação Alternativa (RCA)

INTERCÂMBIOS INTERCULTURAIS ENTRE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E INDIGENISTAS CONSTITUEM UMA FERRAMENTA PARA ROMPER O ISOLAMENTO E DIFICULDADES DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA, INCREMENTANDO AÇÕES DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

A realização de intercâmbios interculturais entre representantes de diferentes povos indígenas tem sido uma modalidade de formação cada vez mais utilizada por várias organizações indígenas e indigenistas em toda a Amazônia. Entre elas, destaca-se a Rede de Cooperação Alternativa (RCA), que nos últimos 10 anos realizou mais de uma centena de intercâmbios, concebidos como viagens em que um grupo de indivíduos desloca-se de sua região para conhecer outros povos, projetos, iniciativas e contextos regionais. Os intercâmbios promovidos pela RCA têm mobilizado dezenas de índios e assessores, entre homens e mulheres, que tiveram a oportunidade de sair de suas terras e comunidades e conhecer outras realidades sócio-culturais, ambientais e políticas. O intercâmbio como modelo de troca de informações entre povos de tradição oral e cultural diversa tem se mostrado uma rica forma de propiciar contato e aprendizado com experiências diferenciadas sobre temas e questões que são comuns aos povos indígenas da Amazônia, na construção de processos de sustentabilidade territorial, ambiental, econômica e cultural. Eles têm criado oportunidades de discutir temáticas de interesse comum, trocando experiências e metodologias, discutindo resultados e dificuldades, e produzindo documentos para intervir nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas e à conservação da Amazônia. De maneira mais ampla, a troca de informações e a sistematização de saberes e práticas entre as organizações indígenas e indigenistas potencializa a atuação local, regional e nacional desses atores e sua capacidade de interlocução em reuniões, fóruns e colegiados, na defesa de seus interesses e pontos de vista.

Convidados a refletir sobre a relevância dos intercâmbios, representantes indígenas e indigenistas que tomaram parte em viagens de intercâmbio por diferentes regiões da Amazônia, salientaram sua importância na formação política e profissional ao proporcionar um maior conhecimento e vivência sobre o modo de vida de outros povos indígenas, com tradições linguísticas e culturais diversas. O conhecimento sobre diferentes formas de organização das comunidades, por meio de suas associações representativas, com gestão administrativa e política diversa, amplia os modelos disponíveis de representação política conhecidos. O contato com experiências de gestão territorial e ambiental, com iniciativas de manejo e desenvolvimento comunitário, de valorização cultural e linguística e de práticas pedagógicas e de gestão escolar constituem outros temas que tem suscitado interesse e motivado a realização de intercâmbios.

Os intercâmbios interculturais também têm sido uma ferramenta importante de desenvolvimento pessoal, motivando os participantes a refletirem sobre suas capacidades individuais e a buscarem se adequar às exigências de diferentes modalidades de relações. Assim, falar em público e se fazer entender, expor e debater idéias, resumir e sistematizar informações, relatar situações, manejar recursos financeiros, interessar-se por assuntos diversos, planejar e se responsabilizar por atividades, respeitar opiniões e modos de pensar diferentes dos seus constituem alguns dos desafios que os participantes enfrentam quando estão participando de uma atividade de intercâmbio.

Intercâmbios, entendidos e trabalhados como uma modalidade de formação de representantes indígenas, têm permitido que estes implementem em suas comunidades e Terras Indígenas de origem soluções elaboradas em outros contextos culturais e ambientais. Foi assim, por exemplo, que os povos indígenas do Xingu reformularam o modelo de gestão de sua associação (Atix), inspirando-se na organização da Foirn, no rio Negro; que os Tuyuka aumentaram o povoamento de plantas frutíferas nativas e exóticas após realizarem intercâmbio com os Ashaninka, no Acre, assim como introduziram a meliponicultura em suas

aldeias após verificarem os resultados que os Ashaninka vinham obtendo com essa prática; que os Matis passaram a valorizar mais seus conhecimentos tradicionais nas escolas após visitarem as escolas dos Yanomami; que os Wajãpi resolveram construir o seu Centro de Documentação e Formação após visitarem o Centro de Formação dos Povos da Floresta no Acre; que os Kaxinawá passaram a realizar captação de águas de chuvas após conhecerem esse sistema no rio Negro; e que os Wajãpi passaram a utilizar palhas de murumuru e inajá na cobertura de casas após intercâmbio aos Kaiabi. Essa lista se desdobra em muitos outros aprendizados e mudanças positivas na vida das comunidades participantes dos intercâmbios nos últimos anos.

ARTICULAÇÃO EM REDE

A situação de isolamento e dificuldades inerentes de articulação de experiências e práticas similares, espalhadas no vasto território amazônico, historicamente têm resultado num baixo índice de articulação política e troca de experiências entre organizações indígenas ou indigenistas que desenvolvem trabalhos e projetos com populações indígenas. Nesse contexto, a RCA é uma iniciativa diferenciada que investe no diálogo das experiências dessas organizações resultando, dentre outras coisas, no fortalecimento e articulação dessas organizações, inclusive perante o setor público.

A RCA originou-se em 1996 de uma Rede de Aliança Latinoamericana, congregando organizações apoiadas pela Rainforest Foundation da Noruega (RFN). Esta agência de cooperação internacional incentivou a articulação das organizações que apoiava em diferentes países, com vistas a trocarem experiência entre si e difundirem seu trabalho. Em 1997, criou-se uma seção brasileira dessa rede, que, em 2000, tornou-se independente, originando uma articulação nacional em torno da questão indígena, dos parceiros brasileiros da RFN. Essa articulação formalizou-se como RCA e tem como missão promover a cooperação e troca de conhecimentos, experiências e capacidades entre organizações indígenas e indigenistas, para fortalecer a autonomia e ampliar a sustentabilidade dos povos indígenas no Brasil. Hoje, a RCA é constituída por 10 organizações-membro, sendo 6 indígenas (Atix, Foirn, Apina, Hutukara, Opiac, Wyty Catê) e 4 indigenistas (CTI, CPI-AC, Iepé e ISA) que representam mais de 60 povos indígenas, que vivem no bioma da Amazônia e no seu entorno.

Em comum, além de serem parceiras da RFN, todas essas organizações atuam na Amazônia brasileira, mantêm fortes afinidades políticas, temáticas e metodológicas em seus trabalhos junto a diferentes povos indígenas e vêm buscando, nos últimos anos, influenciar as políticas públicas dirigidas aos índios. O campo de ação dessa articulação foi delimitado pelas organizações-membro em termos da realização de atividades coletivas de intercâmbios interculturais, seminários temáticos, encontros regionais, produção e difusão de publicações e monitoramento das políticas públicas indigenistas e ambientalistas.

A RCA está estruturada em três instâncias, com papéis definidos e acordados entre as organizações que a compõem. O Encontro Anual da Rede (EAR) é sua instância máxima de deliberação, composta pela participação de todas as instituições que a integram, quando se definem a agenda e as prioridades do seu plano de trabalho anual. O Conselho Político (CP) é a instância políticoestratégica da RCA, intermediária entre o EAR e a Secretaria Executiva. É composto por quatro instituições integrantes da RCA, sendo duas indígenas e duas indigenistas, que têm um mandato de dois anos e a função de fazer cumprir as deliberações dos EAR; propor diretrizes políticas, estratégicas e agendas de trabalhos visando o aperfeiçoamento e o cumprimento da missão da RCA. Por fim, conta-se com uma Secretaria Executiva (SE), instância de gestão da rede, a cargo de uma das organizações membro, cujas atribuições são implementar as ações previstas pelo planejamento anual; assegurar a participação de todas as organizações-membro nas atividades da RCA; coordenar e formular projetos de interesse e buscar financiamento para eles; realizar a gestão financeira em concordância com o Conselho Político e cuidar de seus equipamentos e acervo documental.

Com essa estrutura, a RCA desenvolve atividades que direta e indiretamente atingem mais de 50.000 índios, de ambos os sexos e todas as faixas etárias, habitantes das 28 TIs abrangidas pela ação das dez organizações indígenas e indigenistas que a integram. Como objetivo estratégico, a RCA visa a promover a articulação e o protagonismo político dessas organizações em torno de temas estratégicos voltados para a sustentabilidade e governanças locais nas TIs; reconhecimento público do papel fundamental que os povos indígenas desempenham na conservação das florestas e fortalecimento das organizações indígenas e indigenistas na defesa dos interesses e direitos indígenas na Amazônia.

INTERCÂMBIOS E GESTÃO TERRITORIAL

As experiências relevantes de trabalho da RCA referem-se todas aos acúmulos adquiridos na própria construção dessa articulação entre as organizações que a integram nesses últimos dez anos. Foram 14 encontros temáticos, reunindo em média mais de 30 pessoas, dentre lideranças indígenas de diferentes povos, especialistas e indigenistas, e mais de uma centena de intercâmbios realizados entre 1998 e 2010, que possibilitaram uma efetiva interlocução entre organizações, assessores e povos indígenas.

Entre diferentes temas que têm suscitado interesse no âmbito das atividades da RCA, destaca-se o da gestão territorial e ambiental das TIs e de seus entornos. Nos últimos quatro anos, a RCA realizou um conjunto de intercâmbios coletivos voltados à discussão dessa temática. Em 2007, a rede promoveu um intercâmbio simultâneo na região do rio Negro (AM), seguido por um encontro de sistematização, focado na gestão territorial indígena, que permitiu não só a troca de informações, mas a sistematização de experiências e de dificuldades comuns aos diferentes contextos regionais e culturais de origem dos participantes, possibilitando

DOCUMENTO FINAL COM RECOMENDAÇÕES AO ESTADO BRASILEIRO DO SEMINÁRIO “GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TIS”

A Rede de Cooperação Alternativa Brasil (RCA), constituída pelas organizações Atix, CTI, CPI-AC, Apina, Foim, HAY, Iepé, ISA, Opiac e Associação Wytty Catê, realizou de 21 a 24 de outubro de 2009, em Rio Branco, Acre, o Seminário sobre Gestão Territorial e Ambiental das TIs. Com a participação de representantes de organizações indígenas, indigenistas e socioambientais, o seminário possibilitou discussões em grupos de trabalho e plenárias, uma reflexão sobre um amplo mosaico de iniciativas de gestão territorial e ambiental em TIs.

Dentre as boas práticas de gestão territorial e ambiental em curso nas TIs foi salientada a importância de se formarem agentes indígenas para a gestão de seus territórios, como forma de engajar as comunidades indígenas na construção de iniciativas coletivas relativas ao presente e futuro de seus territórios e dos recursos neles existentes. Planos de gestão, construídos e acordados coletivamente, envolvendo vigilância e fiscalização de limites, segurança alimentar, proteção da floresta e relação com vizinhos, foram indicados como ferramentas estratégicas para a proteção territorial e conservação ambiental das TIs. A organização comunitária para o planejamento e implementação de atividades coletivas e a realização de intercâmbios entre aldeias, povos e TIs foram apontados como mecanismos importantes para viabilizar uma gestão territorial e ambiental integrada das TIs. Por fim, a necessidade de uma política pública específica para a proteção e gestão territorial e ambiental das TIs, elaborada com a participação efetiva de representantes das comunidades e organizações indígenas, foi indicada como fundamental para que os povos indígenas possam alcançar qualidade de vida em seus territórios tradicionais.

A seguir, as organizações participantes do seminário propõem um conjunto de ações e recomendações às instâncias do governo, direta e indiretamente envolvidas com o tema em questão, que, se adotadas ou intensificadas, contribuiriam para uma mudança qualitativa na forma como vêm sendo implementada a gestão territorial e ambiental das TIs no Brasil:

1. O Governo Federal deve conceber e implementar um programa nacional de gestão territorial e ambiental das TIs, com um forte componente voltado para a sua fiscalização que envolva diretamente as organizações indígenas em ações de proteção territorial;
2. O Governo Federal deve ampliar o apoio financeiro e a assistência técnica a projetos de gestão territorial e ambiental nas TIs, dando prioridade às iniciativas que já estão sendo desenvolvidas pelas próprias comunidades indígenas nas áreas de segurança alimentar, sustentabilidade econômica e fiscalização dos limites de seus territórios;
3. O Governo Federal e os governos estaduais devem promover o reconhecimento oficial, como categoria profissional, dos agentes indígenas hoje diretamente envolvidos com a gestão territorial e ambiental das TIs, tais como agentes indígenas de manejo ambiental, gestores territoriais e agentes agroflorestais indígenas;

4. O Governo Federal deve intensificar a fiscalização e proteção do entorno dos territórios indígenas mediante a elaboração de uma legislação específica que regulamente as atividades produtivas numa faixa de amortecimento de 20 km a partir do limite das TIs;

5. Os órgãos governamentais competentes devem apoiar e financiar programas de elaboração e implementação de Planos de Manejo para populações não indígenas que vivem e trabalham no entorno das TIs. Esses órgãos devem passar a desenvolver iniciativas de formação com a população do entorno de modo a desmistificar estereótipos a respeito dos povos indígenas, provendo informações qualificadas sobre os mesmos;

6. É preciso haver maior integração entre programas e agências governamentais responsáveis pela assistência e fiscalização de áreas protegidas, incentivando a troca de conhecimentos entre os diversos povos e indivíduos que moram e/ou usam a floresta. Esses programas e agências devem se esforçar para dialogar e criar ações conjuntas com governos de outros países voltadas para TIs situadas em áreas de fronteira;

7. Agências governamentais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Polícia Federal (PF), dentre outras, devem ser mais rigorosas nas fiscalizações e penalizações aos invasores e à retirada e venda de recursos naturais das TIs. É fundamental que essas agências governamentais intensifiquem e retomem, de forma integrada e sistemática, sua participação nas expedições indígenas de fiscalização das fronteiras das TIs;

8. O Governo Federal deve garantir o direito aos povos indígenas de serem previamente consultados, de forma livre e informada, sobre a implantação de grandes obras de infraestrutura e exploração de recursos naturais que impactam diretamente os territórios desses povos, tal como estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo governo brasileiro em 2002;

9. O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário devem contemplar a participação de representantes indígenas nos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável;

10. Os governos federal, estaduais e municipais devem reconhecer as iniciativas em curso de educação escolar indígena diferenciada do ensino fundamental e do ensino médio integrado, inclusive aquelas que em seu currículo contemplam e executam atividades de formação de agentes indígenas de gestão territorial e ambiental, bem como incentivar e garantir a implementação da merenda escolar regionalizada, a ser adquirida nas próprias comunidades e aldeias indígenas;

11. A Fundação Nacional do Índio (Funai) deve dar continuidade aos processos de regularização fundiária das TIs do Brasil.

a identificação de pontos comuns e divergentes nas estratégias e metodologias de trabalho empregadas por suas organizações membro. Os representantes dos povos indígenas de diferentes regiões da Amazônia viajaram para o município de São Gabriel da Cachoeira (AM) e lá se constituíram em três grupos que viajaram por rios distintos, com o objetivo de conhecer as estratégias de gestão territorial e ambiental implementadas pela Foirn e pelo ISA naquela região. Visitaram os rios Uaupés, Içana e Tuyuka e na volta dessa viagem, por três dias, os 35 participantes do intercâmbio discutiram e sistematizaram conhecimentos acumulados sobre práticas em gestão territorial indígena.

Em 2009, a RCA ampliou a discussão aprofundando o tema da gestão territorial, promovendo um novo intercâmbio para o Acre com o tema “Formação para a gestão territorial e ambiental das TIs”, que reuniu 40 pessoas – dentre lideranças, agentes ambientais e professores indígenas provenientes de 18 povos distintos, bem como assessores e agentes diretamente envolvidos com o tema, pertencentes a 17 organizações indígenas e indigenistas que integram a rede e/ou mantêm parceria com suas organizações-membro. Os participantes viajaram para a terra dos Ashaninka, visitaram o Centro de Formação Yorenka Átame (em Marechal Tamaturgo) e conheceram as experiências de gestão territorial implementadas por esse povo. Depois, retornaram a Rio Branco e por quatro dias sistematizaram conhecimentos sobre as estratégias de formação envolvidas na gestão das TIs. Um documento com sugestões para a política de gestão territorial e ambiental nas TIs foi elaborado e divulgado pelos participantes.

Concluindo esse ciclo de intercâmbios, a RCA promoveu, em 2010, um intercâmbio coletivo para a região do Parque Indígena do Xingu, com o intuito de colocar em discussão a questão da gestão do entorno das TIs. O Parque Indígena do Xingu foi es-

colhido por estar enfrentando uma crescente deterioração das condições ambientais do seu entorno, resultado do desmatamento intenso, praticado pelas fazendas com plantação de soja e criação de gado, poluição e assoreamento dos rios e afloramento de conflitos ambientais. O intercâmbio no Xingu contou com 37 participantes, envolvendo representantes de 20 povos indígenas diferentes, que residem em 13 TIs distintas. Durante os 14 dias de intercâmbio, esse grupo de representantes visitou instituições e equipamentos sociais na cidade de Canarana, fazendas de diferentes portes nos limites do PIX, bem como percorreu os rios Culuene, Xingu e Suiá Miçu, passando pelo Alto, Médio, Baixo e Leste Xingu, visitando aldeias dos povos Kuikuro, Yawalapiti, Ikpeng, Kawaiwete e Kisêdjê, além dos postos indígenas Pavuru, Diauarum e Wawi. A maioria dos integrantes indígenas do grupo era composta por jovens que saíam de suas áreas de residência e atuação pela primeira vez; outros, porém, eram mais velhos, lideranças em suas comunidades. Todos ficaram satisfeitos por ver de perto os povos do Xingu, que já conheciam pela mídia, e por entrar em contato com a realidade do Xingu e do seu entorno, tendo a oportunidade de comparar a realidade local com suas próprias experiências e identificar diferenças e semelhanças de contextos e metodologias. Um novo documento, sistematizando as discussões ocorridas durante a viagem do intercâmbio e as lições apreendidas, foi elaborado e divulgado pela RCA.

A realização desse conjunto de intercâmbios coletivos sobre a temática da gestão territorial e ambiental nas TIs propicia, além de uma rica troca de experiências entre povos indígenas da Amazônia, o conhecimento acerca de diferentes modalidades de gestão territorial e do seu entorno e a sistematização de idéias e práticas com a colaboração autoral de várias lideranças indígenas, contribuindo com as políticas públicas voltadas à proteção das TIs e das florestas brasileiras. (março, 2011)